



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **A TECNOCRACIA DO REGIME MILITAR E A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DOS INTERESSES EMPRESARIAIS**

Victor Hugo de Oliveira Pinto

*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

*victor.gotico@bol.com.br*

*Mestrando em educação*

### RESUMO

Esse trabalho visa elucidar um fator relevante na história da educação no Brasil, as políticas educacionais construídas no âmbito do regime militar, seus desdobramentos para a educação pública, bem como o caráter ideológico dessas medidas a partir do contexto político-econômico da época. Dessa forma, a educação se constitui como um pôr de finalidades, da mesma forma que o trabalho possui um sentido teleológico. Portanto, a escola, como uma superestrutura que é responsável pela formação de opinião e cidadania, acaba por reproduzir nos seus processos formativos de ensino-aprendizagem a concepção de mundo que media e regula as noções de cidadania e ética, ou seja, reproduz os valores da estrutura da sociedade.

### ABSTRACT

This article seeks to elucidate a relevant factor in the history of education in Brazil, educational policies built under the military regime, its impact on public education and the ideological character of these measures from the political-economic context of the time. Thus, education constitutes one put purposes in the same way that the work has a teleological sense. Therefore, the school, as a superstructure that is responsible for the formation of opinion and citizenship ends up reproducing in their formative teaching-learning processes to design world media and regulates the notions of citizenship and ethics, that is, reproduces the figures the structure of society.

### INTRODUÇÃO

Na medida em que consideramos o trabalho como resultante de uma teleologia que pressupõe todo um planejamento para o alcance de uma intencionalidade, consideramos que a educação também é teleológica nesse sentido, pois a educação visa um pôr de finalidades no que tange a formação humana e seu desenvolvimento cognitivo. Entretanto, apesar da formação



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

humana, há que considerar também o fato de que a educação também reflete o caráter das políticas de Estado e o caráter de classe desse mesmo, a partir de então, a finalidade das políticas educacionais visa constituir uma teleologia para a educação de modo a que o processo formativo atenda a um determinado fim social que, por sua vez, essa finalidade formativa para a qual a educação é designada passa a atender as demandas econômicas, políticas e culturais da sociedade em que se encontra; daí o seu caráter reprodutor das concepções vigentes. Portanto, a educação acaba reproduzindo as relações de poder e as concepções hegemônicas de uma sociedade a partir do caráter ideológico das concepções pedagógicas bem como o caráter ideológico implícito na finalidade do processo ensino-aprendizagem uma vez que a educação possui a finalidade de formar os indivíduos para a sociedade e as relações estabelecidas pelo contexto cultural e social dessa sociedade. Logo a escola passa a ser um espaço de reprodução dessas relações na medida em que forma para se inserir e se incluir de um modo muito passivo à conjuntura social existente.

Com esse raciocínio busco nessa exposição mostrar o caráter de classe da educação durante o período do regime militar e o caráter ideológico das políticas educacionais a partir da conjuntura política econômica e as relações existentes entre esses dois elementos. A escola, como um pôr de finalidades ao qual é designada pela estrutura social em que está inserida, passa a preparar os indivíduos para o mundo do trabalho e sua formação tem como objetivo o desenvolvimento da capacidade cognitiva dos indivíduos de modo a prepara-los para exercer uma profissão e dela tirar o seu sustento. Apesar desses objetivos não estarem explícitos nas legislações é esse objetivo que se observa implicitamente nas práticas avaliativas.

O golpe de 1º de abril de 1964 marca a consolidação da burguesia industrial no país e a solidificação do processo de industrialização iniciado pelo país durante os anos de 1930. A partir do golpe militar há que considerar a dependência econômica do país em relação aos Estados Unidos, os interesses de manutenção da hegemonia política dos Estados Unidos no cone sul diante do contexto de bipolarização política existente no mundo e a crise política instaurada no país mediante as reformas de base e as divergências entre o governo e as classes dominantes. A partir desse conjunto de fatores, o Estado militar assume uma clara posição de constituir políticas educacionais favoráveis aos interesses privados, mas, o elemento fundamental se encontra nos dispositivos teleológicos e



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

políticos impetrados a educação e que justifica o tecnicismo. O tecnicismo na educação serve como um dispositivo de adaptação da sociedade às relações estabelecidas pela nova ordem a partir da educação como um instrumento disciplinador para a concretude dessa finalidade.

### **METODOLOGIA**

A partir da análise de autores que dissertaram sobre as políticas educacionais do regime militar, esse trabalho tem como objetivo elucidar a questão do trabalho como um fator teleológico que faz com que o homem projete nas suas atividades uma finalidade e, por sua vez, transforme a natureza de acordo com suas projeções. É esse caráter que nos diferencia dos outros seres vivos e faz com que sejamos seres sociais, capazes de produzir elementos que não se encontram na natureza a partir da transformação exercida na natureza através da teleologia do trabalho humano. A partir desse ponto de partida, é necessário compreender que a educação se constitui como um pôr de finalidades na medida em que a educação projeta no indivíduo uma formação ou uma aptidão mínima para sua devida qualificação para os anos posteriores de estudos. Através desses elementos, esse texto também visa elucidar como a teleologia imposta via legislação educacional promoveu todo um pôr de finalidades para a educação de modo a constituí-la como um instrumento disciplinador para a manutenção das relações sociais que se sedimentaram e se consolidaram no regime militar. Por esses dados que compõem a estruturação desse trabalho, é importante a sua adequação às propostas do Grupo de trabalho de história da educação (GT-1). Essa adequação desse trabalho à proposta desse trabalho associada ao GT-1 se dá pelo fato de se tratar de uma análise histórica e estrutural de um determinado momento da história da Educação do país e, a partir desse ponto de partida, fazer uma análise interrelacionada entre os aspectos políticos da conjuntura social e sua influência nas políticas educacionais.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO.**

O golpe de 1964 marca não somente uma reformulação nos modelos políticos e nas escolhas administrativas que vinham sendo consolidados como também a garantia da manutenção das políticas e da estrutura de classes que se mantiveram e se sedimentaram até então. O Estado é caracterizado “de um certo ‘ângulo’ e com um sentido de inquirição por Weber, a história da



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ampliação do espaço público, com a conseqüente separação dos possuidores individuais ou grupais de seus instrumentos privados de força; da erradicação da administração particular de justiça” [...] (DREIFUSS, 1993, p. 24). Logo, o Estado passa a ser um mediador de interesses, todavia essa mediação ocorre de maneira desigual, é o que Marx chama de luta de classes sendo o Estado um aparato repressor.

Entretanto, o exercício do poder de uma classe a partir do seu apoderamento dos aparatos estatais não se mantem exclusivamente pelo uso da coerção, deve-se considerar a dissimulação, e os aparatos legislativos e mais especificamente os educacionais na medida em que formam opiniões, valores e subjetividades que legitimam e acreditam na ordem estabelecida como centro normativo do que é aceitável. O poder se constitui para além das relações de dominação e opressão, na medida em que, também “o poder é essencialmente um fenômeno da vida de relações entre os homens. E mais do que isso, é um fenômeno próprio da vida de relações hierárquicas” (COMPARATO, 1987, p. 13). No cerne desse raciocínio, a educação serve como um instrumento de legitimação e de reprodução dessas relações que são levadas adiante pela vida.

O golpe militar foi motivado pela necessidade de manutenção das políticas nacional-desenvolvimentistas, e também de adaptação dessas mesmas relações ao processo de industrialização emergente no país. Desse modo havia a necessidade de garantir a efetivação desse projeto, daí o fato de que

[...] “A reforma do ensino dos anos de 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de ‘capital humano’, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país.” [...] (EVANGELISTA, MORAES, SHIROMA, 2000, p. 33, 34).

Sendo assim uma prova de que o golpe de 1964 marcava muito mais do que uma mera tomada e poder pelas classes dominantes no país, mas, sobretudo, representava a reorganização do Estado “vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos” (CUNHA, GÓES, 1986, p. 32) esse respaldo social emerge dos órgãos e instituições, ou seja, a superestrutura que representava os interesses de classe da burguesia industrial em ascensão. Essa mudança político-econômica do Estado Brasileiro gerou algumas iniciativas, tais como a promulgação de



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

uma nova constituição, a reforma do ensino superior pela lei 5.540/1968 e a reforma da educação básica pela lei 5.692/1971. O que merece maior destaque é a atenção nas reformas educacionais bem como o caráter dessas reformas para se chegar a constatação do intuito ideológico dessas reformas e das concepções educacionais implementadas pela ditadura civil-militar. Primeiramente cabe frisar o caráter de desvinculação do Estado em relação ao discurso imperante nos debates sobre a educação na medida em que a ideologia fundamentada na ideia de educação como instrumento de desenvolvimento econômico

[...] “Tornou-se fortemente hegemônica, fundamentada principalmente na teoria do *capital humano* e traduzida no *enfoque de mão-de-obra* dos planos de educação elaborados na esfera do então Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica (depois, da coordenação geral). No mesmo movimento ideológico, também, o conceito de *educação como investimento*, utilizado por vários congressistas nos debates do Congresso constituinte para justificar a vinculação de recursos orçamentários para a educação” [...] (FÁVERO in FÁVERO 2005, p. 243)

O trabalho se constitui como teleologia, a capacidade de nos planejar de acordo com o alcance de uma finalidade, uma projeção. A capacidade que temos de projetar as nossas finalidades, de arquitetar planos de acordo com finalidades que nos dispomos a alcançar é o elemento que nos distingue dos demais seres vivos. Na sociedade capitalista, o trabalho tem a finalidade de gerar riquezas, desenvolvimento e no bojo disso existe a mais valia que é o lucro resultante da expropriação do trabalho humano pela apropriação dos meios de produção por uma classe específica de pessoas: *as classes dominantes*. A escola e a atividade educativa é um lugar onde se constitui finalidades, a natureza da educação é teleológica. Entretanto cabe questionar a qual tipo de finalidade compõe a educação em uma sociedade capitalista. Em uma sociedade em que as relações sociais são pautadas pelas relações de produção, já apontado por Marx no *Manifesto comunista*, a educação tem como télos preparar as pessoas para o mundo do trabalho. Sendo assim, a escola reproduz a teleologia da produtividade a partir de concepções e métodos tecnicistas em relação ao processo ensino aprendizagem, o que Paulo Freire chama de *educação Bancária* em seu livro *A pedagogia da autonomia*.

O golpe de 1964 representa a consolidação dos interesses privados e a ascensão de um projeto desenvolvimentista por vias liberais, desse projeto de sociedade nascem posturas



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tecnocráticas em relação à educação. Trata-se de ajustes de modo a adequar a educação à nova realidade social trazida pelo processo de industrialização tardia que o país experimentava, portanto

[...] “Essa política, para produzir efeitos desejados, precisava influenciar também os níveis anteriores: o 1º e 2º graus. A lei 5692 é, nesses termos, não somente uma lei que procura corrigir as inadequações do sistema de ensino médio anterior, face a uma nova realidade (antes de mais nada econômica), mas também uma decorrência da reformulação do ensino superior, a fim de ajustar ideológica, estrutural e funcionalmente os três níveis de ensino.” [...] (FREITAG, 1986, p. 93, 94)

O que motivou a adequação da educação às necessidades demandadas pelo crescimento industrial, foi também o fato de as indústrias terem tido voz ativa nos Conselhos de Educação como é o caso da Confederação Nacional de Indústrias (CNI) e o fato de a lei 4.024/61 ter estabelecido uma conciliação entre o caráter público e privado da educação, como aponta Saviani (2011)

[...] “O texto da Lei 4.024/61, numa clara posição conciliatória estabelece que os recursos públicos “serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino”. E em seguida regula a concessão de bolsas bem como a cooperação financeira da União com os Estados e Municípios e iniciativa privada sob a forma de subvenção, assistência técnica e financeira “para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamento.” [...] (p. 24)

A partir dessa conciliação, nota-se claramente a interferência dos interesses privados em relação aos assuntos educacionais, o que reforça o argumento de que a escola reflete o momento sócio-político e econômico da sociedade. Diante da conjuntura sócio-política e econômica da época, o Brasil se configurava como um país pertencente à zona de influência do capital imperialista estadunidense em um mundo bipolarizado entre um bloco socialista *versus* bloco capitalista. Diante desse papel como zona de influência, acrescenta-se o fato de se configurar também como um país de capitalismo atrasado e com um modelo agroexportador que estava sendo superado por um modelo nacional-desenvolvimentista que, se iniciava de maneira tardia nos anos de 1950.

Diante dessa conjuntura de dependência econômica, o golpe, apoiado e sustentado pelos EUA e levado a cabo pela Operação Condor, realizada com o objetivo de eliminar líderes de esquerda e opositores aos regimes militares instaurados no cone Sul, foi a concretização e a manutenção da dependência econômica do país e latino-americanos em relação ao capital imperialismo dos EUA, hegemônicos na região. Portanto, o golpe de Estado de 1964 no Brasil é resultante de uma política imperialista em sua essência, e a educação seguiu o mesmo destino de formar mão-de-obra para as indústrias e empresas multinacionais que se instauravam no país. Nesse



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sentido, as reformas políticas, econômicas, e educacionais visavam à adequação do país ao modelo de capitalismo dependente e de ocupação de um papel subalterno à economia de capitalismo central enquanto que o Brasil ficaria com o papel de capitalismo periférico.

O golpe serviu como um instrumento favorável para a adequação do país à zona de influência econômica dos EUA sem que houvesse nenhum tipo de resistência na região, refletindo o temor dos EUA em relação a uma possível instauração de governos socialistas no cone sul. Em relação ao caráter das reformas implementadas na educação, tanto a lei 5.540/68 (que institui a reforma do ensino superior) como a lei 5.692/71 que institui a reforma do ensino básico, ambas são instrumentadas pelos acordos MEC-USAID, acordo formado por convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e a AID (Agency International Developemant) que prestava assessoramento técnico para o MEC e servia como um órgão de consultoria para os assuntos educacionais.

As Reformas educacionais foram promulgadas durante o governo de Arthur Costa e Silva e Emilio Garrastazu Médici, marcados pelo tecnicismo. O tecnicismo foi caracterizado pela hegemonia do Poder Executivo sobre o Legislativo, os projetos eram instituídos diretamente pelo poder executivo, de maneira vertical e com poucos estudos prévios sobre a área que tal projeto seria instituído, exemplo disso é o caráter nitidamente instrumental do Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED). O tecnicismo foi uma maneira de calar os debates sobre a educação pública que, por sua vez, eram liderados por movimentos estudantis e sociais, brutalmente perseguidos pelo governo de Costa e Silva e Médici. Diante dessa conjuntura, considerando as relações sociais e que os elementos a serem estudados não estão divorciados entre si, a reforma educacional também reflete o caráter tecnicista desses governos. O governo através das suas estratégias de desenvolvimento nacional, conveniado com o capital externo, estabelece que

[...] “A educação adquire no Programa Estratégico um caráter nitidamente instrumental, a serviço dos “objetivos básicos” do PED, que são: a aceleração do desenvolvimento econômico, o progresso social e a expansão das oportunidades de emprego. Dentro desta perspectiva instrumental, o Programa de Educação e Recursos Humanos procura traçar uma concepção geral do sistema educacional que seja a mais adequada para o atingimento destes objetivos básicos: ensino primário para a totalidade da população; ensino médio para todos, mas constituindo para muitos o término da educação formal e a habilitação para o ingresso imediato no mercado de trabalho; ensino superior aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível.” [...] (HORTA, 1982, p. 145)



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A educação passa, então, a reproduzir a conformação e adequação das pessoas ao modelo de relações de produção que se estabelecia no país, cumprindo o papel de suprir a necessidade de mão de obra qualificada em razão dos investimentos externos que estavam sendo feitos no país. Nesse contexto que o governo civil-militar realizou “a forma mais ousada de submeter o ensino público ao controle do capital privado: não havia sequer a intermediação da administração pública.” (CUNHA GÓES, 1986, p. 45). As reformas educacionais foram aprovadas no contexto em que “O ato institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, tira do cidadão brasileiro todas as garantias individuais, quer públicas, quer privadas, assim como concede ao Presidente plenos poderes para atuar como executivo e legislativo.” (ROMANELLI, 1978, p. 226).

Foi a partir do regime civil-militar que as instituições de ensino privado se expandiram, em especial as escolas privadas, isso se deu a partir do salário educação que funcionava como incentivo fiscal para a empresa que assumisse a responsabilidade por escolarizar os seus empregados, na medida em que

[...] “considerando que as empresas preferiam recolher o salário-educação do que abrir as suas próprias escolas, organizaram-se firmas de agenciamento entre as empresas e as escolas particulares. Uma dada empresa recebia a visita de um agente que a convencia de deixar de recolher a quantia devida do salário educação, transferindo *parte* dessa quantia para uma escola, a título de bolsa de estudos, em troca de um recibo, emitido pela escola, com o *valor total* do salário-educação. A diferença ia para o “caixa 2” da empresa ou para o bolso de seus dirigentes. Já a escola, “arranjava” uma lista de alunos “beneficiados” por essas bolsas. Em muitos casos, os bolsistas já tinham sido contemplados com outras bolsas e deles se pedia, frequentemente, que ainda pagassem à escola uma certa quantia, a título de “complementação”.” [...] (CUNHA, GÓES. 1986, p. 44, 45)

Assim, distorcendo a ideia do desenvolvimento da economia, utilizando o jargão de que a educação servia como um pilar estratégico e fundamental para o desenvolvimento social e econômico, em favor da corrupção institucionalizada pelo regime civil-militar. O legado deixado pelos militares em relação a educação é bem claro e manifesta o caráter de classe desse regime. A reforma educacional é elaborada no período de maior fechamento do regime civil-militar, o AI-5, e assumiu um caráter muito claro na sua condição instrumental de formar mão de obra para o mercado de trabalho enquanto que os filhos da classe média ingressavam nas faculdades. Além do caráter elitista das reformas educacionais, houve também a associação da educação às necessidades das indústrias, ou seja, a educação passa a se transformar em uma mercadoria em favor do interesse



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

do setor empresarial em relação a sua demanda por mão de obra qualificada, e a educação ficou com o dever de instruir para o mercado de trabalho.

### CONCLUSÃO

Considerando que a Escola e as Universidades são instituições, e como instituições que se mantêm como superestruturas, não estão divorciadas do contexto social no qual estão inseridas. A escola também reproduz o caráter e a dinâmica da sociedade, do contexto na qual está inserida, isso também implica que a escola também reproduz valores e identidades que são elementos cruciais na formação da subjetividade dos indivíduos. A educação escolar assume um papel de formar, mas, em uma sociedade capitalista ditatorial em que o ensino serviu para a qualificação da mão-de-obra para o mercado de trabalho e para suprir ainda mais a sanha gananciosa e predatória do capitalismo associado no Brasil, a educação assumiu a função de formatar os indivíduos para operarem de modo reprodutivo funções técnicas.

A educação também é um espaço de disputa de classes na medida em que a educação assume a função de ajustar a sociedade a determinados interesses políticos. A adequação do projeto educacional ao projeto elitista de sociedade estava claro a partir do caráter privatizante das leis empreendidas pelo regime civil-militar e também o próprio caráter do ensino profissionalizante que, por sua vez não estimulava os filhos das camadas menos favorecidas terem acesso às universidades, mas sim terminar o ensino médio e, compulsoriamente, ingressarem no mercado de trabalho. Desse modo, mantendo as classes menos favorecidas e os filhos da classe trabalhadora em funções subalternas, enquanto que as elites se preparavam para assumir postos de comando na sociedade e galgavam carreiras acadêmicas.

Entender a finalidade política do caráter tecnocrático das reformas educacionais, implica entender o caráter de classe dessas reformas educacionais e que a finalidade atribuída para a educação durante a promulgação dessas reformas implicou a função da educação ao interesse político de manutenção das relações de poder que até então existiam. A política educacional do regime civil militar possui, a partir do seu caráter tecnocrático, o interesse classista e manutenção



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

das relações de produção e adaptá-las ao modelo capitalista dependente que se instaurava no Brasil durante os anos do regime civil-militar.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPARATO, Fábio Konder, *Educação, Estado e Poder*, Editora Brasiliense, São Paulo, SP, 1987

CUNHA, Luiz Antônio, GÓES, Moacyr, *O golpe na educação*, 3ª edição, Jorge Zahar Editor Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 1986

DREIFUSS, René, *Política, Poder, Estado e Força*, 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1993

EVANGELISTA, Olinda, MORAES, Maria Célia, SHIROMA, Eneida Oto, *Política educacional*, DP&A editora, Rio de Janeiro, RJ, 2000

FÁVERO, Osmar, *A educação no congresso constituinte de 1966-1967: contrapontos*, In., FÁVERO, Osmar (Org.), *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*, 3ª edição, Editora Autores Associados, Campinas, SP, 2005

FREITAG, Bárbara, *Escola, Estado e sociedade*, 6ª edição, Editora Moraes, São Paulo, SP, 1986

HORTA, José Silvério, *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil*, Cortez editora, Editora Autores Associados, São Paulo, SP, 1982

ROMANELLI, Otaíza Oliveira, *História da educação no Brasil 1930/1973*, Editora vozes, Petrópolis, RJ, 1978

SAVIANI, Dermeval, *A nova lei da educação*, 12ª edição, Editora Autores Associados, Campinas, SP, 2011